PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se	
Publique-se	
2009-12-17	
O Secretário da Mesa	

[X] **REQUERIMENTO** **Número** 37 / XI (1 .ª) - AC

[ ] **PERGUNTA** **Número** / (.ª)

Assunto: Alienação de imóveis pertencentes ao Ministério da Justiça

Destinatário: Min Justiça

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Vieram recentemente a público diversas notícias acerca da alienação de imóveis pertencentes ao Ministério da Justiça. Segundo tais notícias, o Governo terá procedido à sua alienação, para passar de proprietário a arrendatário, passando a pagar rendas por edifícios que lhe pertenciam e que continuou a utilizar. Os estabelecimentos prisionais de Lisboa e de Pinheiro da Cruz são dados como exemplos de procedimentos desse tipo.

Como é evidente, estas notícias não podem deixar de suscitar preocupação quanto à forma como o anterior Governo geriu o património do Ministério da Justiça e exigem um cabal esclarecimento.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República solicito ao Ministério da Justiça que me envie uma listagem dos imóveis pertencentes ao Ministério da Justiça que foram alienados nos últimos cinco anos, contendo:

a) As entidades adquirentes;

b) O preço das alienações;

c) A utilização actual dos imóveis alienados;

d) As rendas pagas pelo Ministério da Justiça com a eventual utilização desses mesmos imóveis;

e) A justificação dos opções do Ministério da Justiça quanto ao destino dos imóveis em causa.

Palácio de São Bento, quarta-feira, 16 de Dezembro de 2009

Deputado(a)s

António Filipe(PCP)